

Artigo recebido em 30/07/2004 e aceito em 13/08/2004

## CONTABILIDADE, ÉTICA E ESPAÇO PÚBLICO

(Trabalho premiado em 3º lugar na 52ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro)

**Patrícia Vasconcelos Boavista da Cunha**

Rio de Janeiro – RJ

CRC-RJ 91.115/O

Mestre em Ciências Contábeis, administradora, técnica em contabilidade, professora do ensino superior - UCAM<sup>1</sup> e UNESA<sup>2</sup> e de pós-graduação -UVA<sup>3</sup>, pesquisadora.

E-mail: patboavista@uol.com.br

<sup>1</sup> UCAM – Universidade Cândido Mendes - Cep 20.900-010 – Rio de Janeiro - RJ

<sup>2</sup> UNESA – Universidade Estácio de Sá – Cep 20.071-001 – Rio de Janeiro - RJ

<sup>3</sup> UVA – Universidade Veiga de Almeida - Cep 20.271-020 – Rio de Janeiro – RJ

“(…) só são sociais as relações que se fundam na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, e que tal aceitação é o que constitui uma conduta de respeito”  
(Humberto Maturana 1998)

### RESUMO

Este trabalho compreende espaço público identificado com a “cultura”, um universo de símbolos e regras compartilhadas, aberto a visibilidade de todas as partes, acessível a cada um em particular, entendendo que os acordos só são possíveis no espaço público. Acordos só podem ser realizados se há base mínima de confiança e identidade. A contabilidade é a ciência que permite o registro dos aspectos patrimoniais dos acordos, tanto no sentido preditivo, quanto no de controle e feed-back. É ela a fiadora do princípio da transparência, possibilitando a cidadania, a democracia e a autoridade compartilhada. Diminui a distância entre os praticantes dos jogos de poder, à medida em que informa. Abre espaço para a solidariedade enquanto mapeia relações de dependência (interesses estratégicos, tecnológicos, patrimoniais). Estas práticas requerem amadurecimento moral dos profissionais, amadurecimento que pode ser estimulado por diversas estratégias didáticas.

**Palavras-chave:** Ética, contabilidade, educação contábil, Boaventura Santos, controle

### ABSTRACT

This article understand public environment mainly as “culture”, a set of symbols and shared rules, accessible by each part of it. It’s understood that agreements are possible only in this public environment, and for this it is necessary a minimum level of thrust and identification among the parts. Accounting is the science responsible for registering patrimonial aspects of agreements, either through prediction, simultaneous control or feedback. It’s an instrument of transparency of information, sharing powers and responsibilities, and implementing a true democracy. As accounting informs, it reduces the distance between the competing forces of power. It creates opportunities for solidarity as it maps dependence relationships (strategic, technologic and patrimonial interests).The responsibilities of an accouter demand and moral maturity and one of the important ways of reaching it is through an strategically didactical process.

**Key words:** Ethics, Accounting, Accounting education, Boaventura Santos, Control

### Introdução

A Contabilidade, enquanto Ciência Social Aplicada, muito pouco é discutida em seu viés sociológico. Quais as principais contribuições que a contabilidade pode trazer à sociedade? Quais são as principais maneiras pelas quais a contabilidade atua como instrumento de mudança social?

Como educar contabilmente para que os profissionais de contabilidade desenvolvam competências que os permitam atuar de forma consciente e transformadora para o bem da humanidade? Estas foram algumas perguntas que motivaram as reflexões contidas neste artigo.

Este trabalho, além de basear-se em revisão bibliográfica, é influenciado pelas marcas da formação da autora dentre as quais se destacam as obtidas nas diversas entrevistas gravadas nos últimos anos em vários eventos, onde buscou-se conhecer melhor os saberes docentes dos professores de contabilidade. Estas entrevistas sensibilizaram e sensibilizam a pesquisadora permitindo o desenvolvimento de seu olhar e escuta sensíveis específicas em relação a percepção da realidade.

### **Discutindo Conceitos**

O conceito de espaço público, normalmente, se encontra associado com a idéia de poder público e com o Estado. Oliveira referencia a esfera pública como aquela que “emanada do social regularia politicamente os conflitos” (Oliveira apud Weber, 1992, p.29). Apesar de esta idéia ser freqüente, cabe ressaltar que o conceito de estado não abrange toda a complexidade do espaço público, não podendo ser tomada uma parte pelo todo.

Adorno esclarece que a visão tradicional de espaço público é a de “lugar onde devem prevalecer os interesses coletivos, que configura algo que se poderia imprecisamente nomear de “bem comum”(1992, p.10)”. Acrescentando mais uma característica, Habermam configura a esfera pública: “ como um espaço em que os cidadãos se encontram e falam uns com os outros de modo a que garanta acessos a todos” (Habermam apud Jovchelovith, 1995, 60). Expandindo o conceito Adorno cita Sennet: “o público identifica-se com a “cultura”, um universo de símbolos e regras compartilhados, aberto a visibilidade de todos, acessível a cada um em “particular” (1992,p.10).

Espaço público não é, ainda conforme Adorno, um lugar de diferenças e desigualdades, não se identificando (no conceito de Sennet) como o “natural”. Apesar do principio da igualdade ter representado por muitos anos um dos grandes ideais da humanidade, atualmente já se percebe que é necessário mais do que isso.

Santos adverte que a igualdade, gera processos de subordinação, uma vez que ao identificar a que modelo imitar, ou representar, dispensamos outros modelos possíveis, desqualificando “as diferenças culturais, étnicas, raciais, sexuais, sobre as quais se sustentava, pela negação, a mega-identidade nacional (1999, p.45)” sancionada como modelo. Assim propõe: “o novo imperativo categórico que, (...), deve presidir uma articulação pós moderna e multicultural das políticas de desigualdade e de identidade: temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza;temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza(1999, p.45).”

Ter o direito<sup>1</sup> na significa a obrigatoriedade de exercer-lo. Abrir mão de um direito é um ato que acontece quando há, na relação, o exercício ou ameaça de exercício do poder. Utilizamos nesta análise o conceito de poder de Chalvin e Eyssette: “ no sentido de influência, capacidade para impor o próprio ponto de vista e conseqüentemente leva-lo a ação (1989, p.18)”. Estes autores enumeram também as fontes mais comuns de influência:

*Ter dinheiro, dispor de um grande orçamento, ter uma personalidade que se impõe e boas atitudes no comando, ser dotado de uma competência técnica ou muito útil a coletividade, ou porque ninguém mais apresenta tal competência, ou porque esta é especialmente estratégica, obter resultados, saber organizar o tempo, ter ligações com ambiente imediato, ter alguma ligação com outros poderes presentes,ou passados, ser útil, ser representatividade um ou vários grupos, estar bem colocado na estrutura, ser um contato útil entre grupos que se conhecem pouco e precisão de informações recíprocas, proteger, pregar, interromper ou controlar a lei, e dispor de boas fontes raras, indispensáveis ou capazes de reduzir o impensável.*

Aos quais acrescentamos a posse de bens materiais de interesse da outra parte. O poder pode promover ou impedir a satisfação de necessidades. Assim, ao abrir mãos de qualquer direito na presença de um poder, estamos estabelecendo acordos. Como exemplo podemos citar a compra de uma casa: um indivíduo tem uma casa e o poder sobre ela, outro indivíduo tem a necessidade de possuir uma casa e está disposto a abrir mãos do seu direito de possuir dinheiro para satisfazer

sua necessidade. Ocorre então um acordo, que é a troca do dinheiro pela casa. Alguém abriu mão do direito de ser igual a todos que tem uma casa, alguém abriu mão de ter dinheiro. Para que exista acordo é preciso que haja base cultural comum mínima, que permita o entendimento entre as partes. Estamos então operando, forçosamente, no conceito estendido de espaço público. Acordos só podem ser realizados se há base mínima de confiança e identidade, que garanta a inclusão. Pois a inclusão: fato dos cidadãos se encontrarem e se comunicarem de modo a que se garanta o acesso a todos os integrantes do acordo, é a característica que diferencia acordo de imposição pura e simples. Quanto maior equilíbrio de poder houver entre as partes do acordo, provavelmente, mais próximo estará a solução, do interesse das partes.

### ***A contabilidade e os acordos***

A grande maioria dos acordos envolve impactos patrimoniais. Estes impactos podem acontecer no momento do acordo ou como conseqüências deste. Como exemplo do impacto no momento do acordo, temos a venda da casa anteriormente descrita. Como exemplo de conseqüência posterior podemos citar um acordo no qual determinada empresa decide contratar um funcionário desde que ele tire o piercing da língua no horário de atendimento. Se este acordo for feito no dia primeiro do mês e o funcionário trabalhar o mês todo, no início do mês subseqüentemente receberá seu salário.

A contabilidade é a ciência que permite o registro, e portanto o controle dos aspectos patrimoniais dos acordos, em suas dimensões econômicas (de resultado) e financeiras (capacidade de pagamento), tanto no uso preditivo, ou seja, preliminar, quanto no simultâneo e no pós (por feedback).

O controle preliminar é aquele orientado para o futuro, objetiva evitar que os problemas ocorram. Como exemplo de controle preditivo, podemos citar o custo-alvo, limite que sinaliza o custo máximo, ao qual acrescida a margem de lucro irá resultar em um preço que o consumidor está disposto a pagar, ou ainda, o movimento orçamentário tradicional que parte do preço para possibilitar o estabelecimento do custo. Grandes disparidades de poder neste tipo de acordo podem conduzir a grandes margens de lucro em detrimento da satisfação das necessidades básicas de numerosos indivíduos. Como exemplo podemos citar a fome, a morte por falta de medicamentos, as doenças por falta de agasalho; todas causas de mortalidade infantil.

Conforme BATERMAN e SNELL, “**controle simultâneo** ocorre enquanto os planos estão sendo implementados. Inclui a direção, o movimento, e o ajuste em sintonia fina das atividades enquanto elas ocorrem. O controle por feedback enfoca o uso das informações sobre os resultados para corrigir desvios em relação ao parâmetro aceitável depois que eles surgem(1998,p.433)”.

Exemplificando controles simultâneos, podemos citar a atualização contínua dos orçamentos com base num fluxo constante de dados de desempenho. Talvez repensar dos custos de reforma de seu apartamento ao observar o desempenho de um dia de trabalho do pedreiro.

Como exemplo de controle por feedback podemos citar a comparação do orçamento de um ano com o real ao fim do período, com a finalidade de preparar as informações que servirão de base para o próximo orçamento.. Repare que neste exemplo passa grande quantidade de tempo entre o desempenho e o controle, o que caracteriza o controle por feedback. Pode-se comentar também, a respeito deste exemplo, que diferentes níveis de detalhamento destas informações podem conduzir a diferentes predições. Assim, um usuário externo pode, ao consultar dados sintéticos com base nas Demonstrações Contábeis publicadas, prever orçamento muito diferente daquele que a empresa usará como base. Pensemos se este usuário é um fornecedor que vende a prazo...

Se é a contabilidade que permite o controle patrimonial dos acordos, é ela a fiadora do princípio da transparência. Assim como um contrato de aluguel normalmente não é celebrado sem um fiador, quem faria um acordo se não houvesse uma ciência e uma linguagem capazes de expressar as conseqüências patrimoniais deste acordo? E se estas conseqüências não estiverem explícitas? Com certeza a contabilidade paga com a honra, lembremos dos grandes escândalos financeiros nos EUA.

### **A contabilidade e a informação**

A Contabilidade gera tecnologia de informação sobre o patrimônio, sendo esta tecnologia componente indispensável a constituição de sistemas de informação. Sistemas de informação conforme Bio (1994, 29), transformaram dados em informações, ou seja, fazem com que, a partir da associação de dados, se transmita conhecimento. Ao informar permite-se o entendimento e a fala sobre o patrimônio, condição indispensável à possibilidade de participação política consciente nos conflitos desta natureza. Mais uma vez acrescentando elementos aos acordos que ocorrem na esfera pública (que legitimam ou recusam).

Outro efeito da informação é diminuir os desequilíbrios de poder: quer por aumentar a capacidade de influência do mais fraco, caso a informação seja especial; quer por neutralizar a vantagem do mais forte na medida em que este já não mais dispõe de informação privilegiada.

Desde modo a contabilidade se torna elemento indispensável: ao exercício da cidadania por permitir participação política consciente, autoridade compartilhada por diminuir os abismos de poder, e dos direitos de invocar os princípios da igualdade e da diferença (uma vez que diminui a dependência de informações). Tem assim, a contabilidade, um alto grau de responsabilidade e poder (de permitir ou não estas condições).

Mas, a final, qual a importância do exercício da cidadania, autoridade compartilhada, e dos direitos de invocar os princípios da igualdade e da diferença? É que estes na concepção de Santos são elementos possibilitadores do multiculturalismo, indispensável à prática do conhecimento-emancipação, caminho crítico apontado pelo autor, como condutor as promessas da modernidade que tanto angustiam a humanidade nos últimos séculos: promessa da justiça social, promessa de liberdade, promessa de paz perpétua. Discutamos um pouco mais sobre o assunto:

### **A grandes promessas da humanidade ...**

Ainda nas palavras de Santos: “no que diz respeito a promessa de igualdade, os países capitalistas avançados com 21% da população mundial controlam 78% da produção mundial de bens e serviços e consomem 75% de toda a energia produzida (2002,p.23)” podemos também trazer o diálogo da equipe especial da revista Veja, sob a direção de Graieb, com Edmundo Giannetti: “**O que aconteceria se o padrão de vida e consumo de um país como os Estados Unidos se universalizasse?** A biosfera simplesmente não agüentaria este processo (2204, p.101)”, logo, a promessa de igualdade ainda não foi cumprida.

Para comprovar o fracasso da promessa de liberdade, pensamos, nas torturas sofridas por prisioneiros Iraquianos, nas populações características do planeta, nos refúgiados de guerra, nas minorias em locais de intolerância social, etc..

A respeito do cumprimento da promessa de paz perpétua podemos citar como exemplos as recentes guerras: do Afeganistão e do Iraque, e também os conflitos entre Arabes e Israelenses.

*Esta emuneração breve dos problemas que nos causam desconforto ou indignação Nos obriga a interrogarmos-nas criticamente sobre a natureza e qualidade moral de nossa sociedade e buscarmos alternativas(...) Nossa posição resume-se assim: não há princípio Único de transformação social(...) Não há agentes históricos únicos, nem única forma de dominação. Sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas as resistências e os agentes que a dominam, (...) A industrialização não é motor do processo nem parceira do desenvolvimento. Por um lado, ela assenta em uma concepção retrógrada de natureza, incapaz de ver a relação entre a degradação desta e a degradação da sociedade que ela sustenta. Por outro lado para os dois terços da humanidade ela não trouxe desenvolvimento (...) enfrentamos problemas modernos, para os quais não há solução moderna Santos (2002.p.24-29)*

A partir desta afirmativa, algumas das principais cadeias de motivos pelos quais ensinávamos os conhecimentos de gestão (inclusive os de contabilidade) passam a não ser a única verdade possível, tais como: pretendemos a ordem sobre os caos (regulação social), a ordem é indispensável a produção é indispensável ao progresso, o progresso é a solução par a melhoria

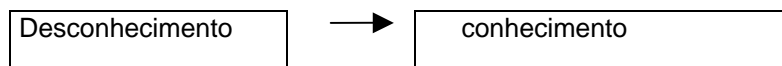
social. Linha que sustentava afirmativas do tipo: quanto mais conteúdo eu lhe ensinar, melhor será a condição social do país, preste atenção e trate de aprender, receber, engolir, aceitar, homogeneizar-se, anular seus motivos e suas referências, pois estes motivos e referências não são processos científicos.

*Não há conhecimento geral, tal como não há ignorância geral. o que ignoramos é sempre a ignorância de uma certa forma de conhecimento, e vice-versa, o que conhecemos é sempre o conhecimento em cima de uma certa forma de ignorância (...) No projeto de modernidade podemos distinguir duas formas de conhecimento: o conhecimento-regulação, cujo ponto de ignorância se designa por caos e ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento emancipação, cujo ponto de ignorância se designa por colonialismo e o ponto de saber se designa por solidariedade. (...) para teoria crítica pós moderna, todo conhecimento crítico tem que começar pela crítica do conhecimento. Santos (2002.p.29)*

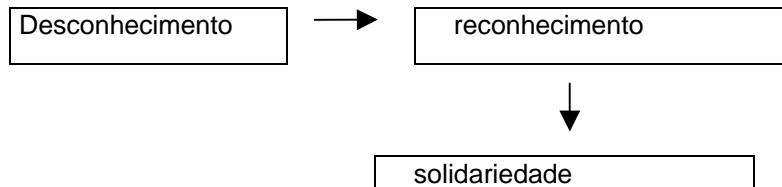
### **Podemos esquematar as afirmativas anteriores da forma a seguir**

Ilustração 1 - Mudança paradigmática da modernidade para a pós-modernidade científica

#### **Posição atual: máximo conhecimento para máximo progresso**



#### **Posição proposta: conhecimento prudente para uma vida decente**



*Nesta forma de conhecimento, há a ignorância e o colonialismo e a concepção do outro como objeto e conseqüentemente não reconhecendo o outro como sujeito. Na outra forma de conhecimento, conhecer e reconhecer, e progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto a categoria de sujeito. Esse conhecimento-reconhecimento é que designo por solidariedade. Santos (2002,p.30)*

### **A contabilidade e o conhecimento que eleva o outro a condição de sujeito**

Cabe perguntar então, que possíveis reflexos uma postura científica de reconhecimento poderia trazer a atitude do professor de contabilidade. Inicia-se esta discussão pela forma com que parece que vários professores enxergam as insuficiências de seus alunos, logo após passaremos então por uma discussão sobre o reconhecimento do papel do professor de contabilidade a partir das possibilidades tradicionais da contabilidade a partir das possibilidades da contabilidade que propomos anteriormente neste texto.

Em pesquisa realizada no II Fórum Nacional de Professores de Contabilidade Cunha (2003) observou que muitos professores acreditam que seus alunos possuem insuficiências em diversas áreas tais como: integração ao terceiro grau, maturidade do projeto profissional, técnicas de estudo, razão, proporção e porcentagem, raciocínio com variáveis, interpretação e construção de tabelas, compreensão de textos, compreensão de vocabulário técnico da contabilidade, construção e compreensão de conceitos, produção de textos técnicos.

Várias destas insuficiências são percebidas em disciplinas ministradas em diversos períodos do curso de graduação, o que mostra que muitas vezes, não foram superadas. Ao indagar-se por que estas insuficiências nos cursos de graduação, obtem-se diferentes respostas.

A mais tradicional diz respeito a falta de intenção de tratar tal realidade, algo como: - Meu papel é ensinar o conteúdo da disciplina, as insuficiências dos alunos não são problema meu. Mas pode-se considerar também que, para uma cultura tão deontológica como a manifesta normalmente no ensino da contabilidade (dada a ênfase em compreender e atender, na prática as exigências fiscais do Estado), fica muito difícil tratar de problemas inerentes a subjetividade. Entendendo subjetividade como aquilo que caracteriza o sujeito. Torna-se necessário então, adotar o paradigma pós-moderno, uma vez que este, conforme visto anteriormente, eleva o indivíduo da categoria de objeto para a categoria de sujeito.

Para se posicionar na relação com o aluno sem comprometimento com sua superação (do aluno), o conteúdo da disciplina é suficiente, mas se nos relacionamos com a inteireza dos alunos precisamos estar atentos também ao espaço tempo aonde estas relações se manifestam: ao cotidiano. E para pensar o cotidiano prefiro o olhar que Ferrazo<sup>2</sup> nos transmitiu em sua fala no II Seminário Internacional: "As redes cotidianas de conhecimento e tecnologia: imagens e cidadania": não há dificuldades de aprendizado, há possibilidades de aprendizagem".

Talvez, até aquilo que chamamos de dificuldade de aprendizado seja uma invenção para ocupar o espaço deixado pela falta de liberdade de estabelecer formas desafiar os alunos (quer por falta de condições materiais, quer por falta de ambiente político), de repertório de soluções, ou até mesmo cultura no sentido de que diferentes fazeres e fazeres são possíveis. Talvez também, as dificuldades de aprendizado sejam respostas (enquanto pensadas e formatadas como táticas), e não simples "reações"as nossas práticas (Oliveira 2003).

Ou ainda, talvez seja uma forma de resolver dúvidas que atravessam o educador: E se ele souber mais do que eu? E se ele falar uma palavra que não conheço?, E se expressar raciocínios eu não consigo sequer alcançar, quanto mais avaliar? E se ele achar que eu não sei? Para que vou servir? Estas parecem indagações intimamente ligadas com o fato do professor se atribuir a responsabilidade de manifestar poder para estabelecer e manter rituais de verdade, sendo assim um poder produtivo (Foucault, 1979, p.XVI). Como se fosse condição indispensável para que o aluno aprendesse, o fato do professor lhe recitar, de cor, a lição apresentada.

Muito importante se torna, estimular a capacidade de sonhar (própria e dos alunos), de acreditar em uma utopia que se realizará num futuro. Acreditar que as pessoas se transformam em contato com outras, que elas se traduzem. A falta de sonho pode nos conduzir e abandonar, segregar, separar, considerar imprestável ou inservível... Talvez a utopia seja uma vacina contra a destruição de formas de saber causada pelos excessos do conhecimento-regulação. Esta destruição produz silêncios que tornam impronunciáveis as necessidades e aspirações de grupos sociais. Como realizar um diálogo multicultural? Como **aprender ensina a reconhecer**?

Voltando a subjetividade do aluno, traz-se a fala de Luana, aluna de segundo período do curso de Administração de Empresas, a respeito de uma estratégia para aproveitar oportunidades de aprendizagem utilizada: "No início nós nos sentimos muito revoltados de ter que usar a pasta. Deu tanto trabalho para que chegássemos a ser adultos e olha aí: tendo filho para cuidar, casa para arrumar, botando papel na pastinha e fazendo índice... Depois percebemos como é útil ter nossas coisas organizadas, quando precisamos de uma informação sabemos onde está. É importante ter intimidade com a nossa pasta".

Nesta fala percebemos a confusão freqüente entre muitos jovens entre 18 e 20 anos, que buscam reafirmar seu estado adulto, negando-se a repetir procedimentos que julga serem inerentes a infância. Dificilmente, em cenas de TV, em convívio familiar, ou em outros ambientes, existe reforço de aprendizados anteriores que são úteis para operacionalizar outras frases da vida. Parece, que ao contrário, há reforço para considerar que o que foi aprendido na escola, na fase anterior, só serviu para passar para próxima fase, e deve ser abandonado. Um saber compartimentalizado e desprovido de utilidade, pega o bloco e joga fora. Deste modo não se perpetuam: técnicas de estudo, técnicas de expressão, a identidade do indivíduo, os questionamentos desde indivíduo perante a realidade, e a memória de seus sentimentos. Dificultando as estratégias que remetem ao material concreto, tão indispensáveis aos alunos com dificuldades de estabelecer raciocínios abstratos como: frações, regra de três, orientação temporal, causa e efeito, figura X fundo, identificação de sua realidade como situação problema, identificação de processos de desterro, etc....

Os sentimentos individuais podem nos remeter a realidades antes não imaginadas, consideremos a estória a seguir, retirada da coletânea do Casseta e Planeta (2002,p.8).

*A professora perguntou as Juquinha:*

- *Se você tiver cinco reais e pedir mais cinco reais pro seu pai, com quantos reais você fica?*
- *Cinco reais – respondeu o Juquinha.*
- *Errado! Você não sabe nada de aritmética!*
- *A senhora é que não sabe nada sobre o meu pai!*

Será que esta natureza de conhecimentos, ou seja, a realidade do aluno, ou até a realidade de nosso cliente não é importante? Será que a realidade de nosso país não é importante? Será que a realidade de nosso planeta não é importante? Então talvez seja necessário aprender sobre o que esta fora da sala de aula. Afinal, professores devem ser eternos estudantes dos processos de facilitação da criação e transmissão do conhecimento: Construir cultura em Universidades passa por reconhecer estes saberes que “vem de fora da escola” não estão aí por acaso. Conforme lembra Alves (2002, p.8):

*A realidade do aluno/aluna e do professor /professora vem como de todos os outros “praticantes” do cotidiano escola está na escola porque estes sujeitos ali estão, o que vamos aprendendo para melhor ensinar é como encontrar meios e caminhos para que as múltiplas redes sociais do aprenderensinar possam emergir. Inventar processos, sem dúvida, mas sobretudo, no mesmo processo, fazer aparecer os conhecimentos que a prática cotidiana de cada professor/professora, de cada aluno/aluna e seus coletivos, mais ou menos organizados, encontram para se fazerem um só como redes de subjetividades.*

Este exercício se torna especialmente desafiador à medida que nos induz a escolhas entre: conduzir o aluno à reflexão sobre suas afirmativas, transformar nossas certezas, nos transformamos, ou ainda optar por múltiplas combinações das opções anteriores. E este exercício tem evidenciado mudanças no imaginário social do chamado “mundo dos negócios”. Estas mudanças nos conduzem a: trabalhar equipes, cooperar na construção de conhecimento, reconhecer a interdependência global, valorizar a ética e difundir a responsabilidade. Muitas respostas para a aplicação cotidiana destas mudanças encontram-se nas vivências dos alunos.

Então, qual será o papel do professor de contabilidade a partir das considerações que tecemos anteriormente? (como elemento indispensável ao exercício da cidadania, autoridade compartilhada, e dos direitos de invocar os princípios da igualdade e da diferença). Esta pergunta, longe de nos conduzir a uma resposta, nos remete a diversas discussões, algumas destas, serão efetuadas a seguir, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Pergunta-se: será que se considerou a aplicação dos princípios de igualdade e da diferença na construção da teoria contábil? Onde pesquisar os instrumentos contábeis que informam para os princípios da igualdade e da diferença? O que poder-se-ia pesquisar, ou estimular os alunos a pesquisar de modo a que suportemos o princípio da diferença? Será que toda esta responsabilidade pelo uso da contabilidade pode ser apreendida apenas através de um contato informativo? Como estimular nossos alunos a descoberta do prazer de ser moralmente correto, satisfazendo a sua necessidade de auto-realização?

Tentando responder a primeira pergunta: Será que encontramos aplicação dos próprios princípios da igualdade e da diferença na construção da teoria contábil? Verifica-se que a contabilidade financeira foi pensada sob a égide do princípio da igualdade enquanto a contabilidade gerencial, guarda relação com o respeito ao princípio da diferença, dada a sua natureza flexível e específica. O que não quer dizer a não se possa fazer uso de ambas para reivindicar cada princípio Talvez possamos indagar: será que estamos utilizando a contabilidade gerencial como instrumento de melhora da qualidade de informação dos acordos no espaço público?

Em relação à segunda pergunta: Onde pesquisar os instrumentos contábeis que informam para os princípios da igualdade e da diferença? Acredito que boa parte daquilo que visam os dois princípios encontra-se na contabilidade financeira e na contabilidade gerencial, dependendo do uso que se faça dos relatórios gerados por cada uma delas. Como exemplo, podemos citar o uso de



uma Demonstração do Resultado do Exercício de uma pessoa física, para pleitear um tratamento fiscal homogêneo em relação a uma faixa de contribuintes, ou um relatório de mesma natureza, usado para pleitear um benefício fiscal específico. Pode-se também imaginar um Balanço Patrimonial consolidado através de Princípios Contábeis diferentes dos Brasileiros, constituindo-se para a contabilidade do Brasil em um relatório gerencial, servindo para pleitear um empréstimo junto a um banco estrangeiro, tanto podendo visar a igualdade, quanto a diferença.

Abordaremos agora, parte da resposta as demais perguntas: O que poderíamos pesquisar, ou estimular nossos alunos a pesquisar de modo a que suportemos o princípio da diferença? Será que toda esta responsabilidade pelo seu uso pode ser apreendida apenas através de um contato informativo? Como estimular nossos alunos a descoberta do prazer de ser moralmente correto, satisfazendo a sua necessidade de auto-realização?

O que pode haver em comum nas respostas a tão variadas perguntas é que não há uma única resposta para cada uma delas se consideramos nesta análise a subjetividade dos professores. Entendendo neste trabalho, subjetividade dos atores (professores) em atividades através do conceito dado por TARDIF:

*um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos, e um saber fazer proveniente de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta. (2002.p.230)*

A resposta do pesquisador a cada umas das perguntas acima carregam consigo toda a carga do pesquisador enquanto sujeito, constituindo-se, portanto, em pistas, não em verdades.

Guardado devido rigor metodológico, responde-se a seguir: O que poderíamos pesquisar, ou estimular nossos alunos a pesquisar de modo a que suportemos o princípio da diferença? Imagina-se que formas pelas quais as minorias praticam a contabilidade gerencial seja um assunto interessante. Como exemplo poderíamos citar a contabilidade gerencial de micro e pequenas empresas, não com a pretensão de generalização mas, ao contrário, com o resguardo identitário permitido pelos estudos do caso. Outro exemplo seria a contabilidade gerencial de Ongs, que vão desde o MST até as associações de moradores, passando pelo Renascer e pela Fundação Airton Sena. É preciso considerar que este tipo de pesquisa causa modificações sociais: ao aceitar o multiculturalismo abre-se espaço para a solidariedade<sup>3</sup> (conforme dito anteriormente), uma vez que, ao mapeia relações de dependência (interesses estratégicos, tecnológicos, patrimoniais, entre outros), permite-se a consciência desta dependência, que é passo inicial para qualquer processo de libertação.

Acredita-se que este tipo de pesquisa requeira um amadurecimento moral dos profissionais, amadurecimento este que pode ser estimulado por diversas estratégias didáticas. Penetra-se assim, no território da próxima pergunta: Será que toda esta responsabilidade pelo uso da contabilidade enquanto instrumento informativo para reivindicações invocando o princípio da diferença pode ser apreendida apenas através de um contato informativo? Acredita-se que não, esta maturidade é resultado da evolução da escala de valores do indivíduo, e do uso que o indivíduo faz desta escala no momento em que “fabrica”. Entendendo-se fabricação através de Certeau:

*A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética... mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de “produção” (urbanística, comercial, etc.) é porque a extensão sempre mais totalitária destes sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos (1991, p.39)*

Como estimular nossos alunos a descoberta do prazer de ser moralmente correto, provindo este prazer da satisfação de sua necessidade de auto-realização (o que transcende a expectativa de recompensa monetária, ou o medo de punição por ato ilegal)? Responder-se através de uma hilação com o moderno conceito de treinamento exposto por Chiavenato:



*Modernamente , o treinamento é considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que elas tornem mais produtivas, criativas e inovadoras, a fim de contribuir melhor para os objetivos organizacionais, e cada vez mais valiosas. Assim, o treinamento é uma fonte de lucratividade, ao permitir que as pessoas contribuam efetivamente para o resultado do negócio (1999,p.294).*

Esta hilação é necessária mas deve ser analisadas com cuidado, pois entende-se que o objetivo do processo de educação não é tornar as pessoas mais lucrativas (no sentido contábil do termo) a qualquer preço para a sociedade e sim, permitir que as pessoas contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de existência de toda raça humana. Propor a educação como treinamento inclui como estratégias possíveis o desenvolvimento de equipes, as dinâmicas de grupo e a simulação de solução de problemas. Permite considerar como resultados possíveis. Logo integrantes do processo de avaliação: a remoção de barreiras, as pessoas se tornarem mais produtivas e felizes, a melhoria do clima organizacional, aumento da facilidade de mudança e inovação, mudança de atitudes e comportamento das pessoas melhoria da qualidade de vida (Chiavenato, 1999,307-308)

Ter assim, a contabilidade, um alto grau de responsabilidade e poder. Compreendo-a desta forma, podemos enxergar pistas sobre a utilidade desta ciência no cumprimento das promessas da modernidade.

### **Palavras finais**

A contabilidade é uma ciência, e como toda ciência depende do propósito de quem dela se serve. Cabe aos Professores de Contabilidade contribuir para o desenvolvimento moral de seus alunos de forma a que o uso do conhecimento seja transformador para o bem estar da humanidade.

Conforme Maturana (1998,13): “a diferença que existe entre preparar-se para devolver ao país o que se recebeu dele, trabalhando para acabar com a pobreza, e preparar-se para competir no mercado de trabalho é enorme. Tratam-se de dois mundos completamente distintos”. Resta perguntar para quer estar-se contribuindo para preparar os alunos, se é possível preparar para ambos; e, caso a resposta seja positiva, se é isto que se está fazendo. Ficam registradas como sugestões para futuras pesquisas.

### **Referências:**

- ADORNO, S. Educação e patrimonialismo.. In: **CEDES. Cadernos Cedes – o Público e o Privado na educação brasileira contemporânea**. Campinas: CEDES/Papirus, 1992. P. 9-26
- ALVES, N. G.A aula através dos tempos e em múltiplos espaços, em imagens *In: 25ª Reunião Anual da ANPED, 2002, Caxambu/MG.25ª Reunião da ANPED* (em CD ROOM). Rio de Janeiro:, 2002
- ALVES, Nilda. Cozinha e escola – algumas aproximações possíveis. In CURSO CERTEAU E AS ARTES DE FAZER – PENSANDO O COTIDIANO ESCOLAR. XXI Reunião Anual da ANPED. Caxambu,de 20 a 24 .set. 1998.
- ANTONY, R . N. **Contabilidade Gerencial**: introdução a contabilidade. São Paulo, Atlas: 1974.
- BETEMAN, T. S.; SNELL, S.A. **Administração**: construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas. 1998.
- BIO. S. R. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.
- CASSETA & PLANETA. **As piadas do Casetinha**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002
- CERTEAU. M. **A invenção do cotidiano**. As artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTO. S. C.; PETER,J.P. **Administração estratégica**: planejamento e implantação da estratégia.São Paulo: Makron books, 1993.
- CHALVIN, D.; EYSSETTE, F. **Como resolver pequenos conflitos no trabalho**. São Paulo: Nobel, 1989.

CHIAVEATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHING, H.Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CUNHA, P.V.B. da. Como os professores de graduação em Ciências Contábeis percebem as insuficiências de seus alunos. Disponível em: [http://www.classecontabil.com.br/servlet\\_art.php?id=185](http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=185). Acesso em 01.08.2003.

CUNHA, P. V.B. Reflexos do período de turbulência nos cursos de graduação em Ciências Contábeis na cidade do Rio de Janeiro. In: III Seminário Nacional "Educação e Poder: tensões de um país em mudança". Niterói: UFF, 2003

CUNHA, P. V. B. . Reflexões sobre aspectos de ensinoaprendizagem em cursos de graduação em gestão inspirado em Foucault e em muitas redes. In: Semana de extensão 2003 CEFET/RJ - Educação no Brasil - perspectivas para o séc. XXI, 2003, Rio de Janeiro. Semana de Extensão 2003 - Perspectivas para o séc. XXI - 14 a 17 de outubro - Síntese dos trabalhos e atividades. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2003. p. 102-103

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (org). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA, R. L. Tentando compreender a complexibilidade do cotidiano. In: **Método: pesquisa com o cotidiano**. Regina Leite Garcia (org.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRAIEB, C; GIANNETTI, E, et al. 100 questões para entender o mundo. **Revista Veja**. São Paulo: Abril, ed. 1859, ano 37, n, 25, 23 jun. 2004. Edição Especial. p.92-106.

HOLANDA, A. B. In: Dicionário Aurélio. São Paulo, 2003.. Disponível em: <http://www2.uol.com.Br/aurélio/fechado/index.html?verbete=Em+portugu%EA&styp=k> Acesso em 01/07/2004.

HOUAISS, Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=solidariedade&styp=k>. Acesso em 07.05.2004

JOVCHELOVITCH, S. V. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: **Textos em representações sociais**. Sandra Jovchelovitch; Pedrinho Guareishi (orgs). Petrópolis: Vozes, 1995.

LAFFIN, M. Ensino da Contabilidade: componentes e desafios. In: **II FORUM NACIONAL DE PROFESSORES DE CONTABILIDADE**. 2001, Rio de Janeiro. I CD.

LAFIN, M. O perfil do futuro profissional e sua responsabilidade social. In: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Disponível em: : <http://www.milenio.com.br/siqueira/Tr014.htm>. Acesso em: 01.mai.2004

MATURANA, R. H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARINHO, C. Direto Subjetivo. Disponível em : <http://cristianemarinhocivil.vilabol.uol.com.br/a10.htm>. Acesso em: 01. mai.2004

MARION J. C.; SANTOS, M. C. Ensino da Contabilidade face a nova realidade de mercado. In: II FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE CONTABILIDADE. Rio de Janeiro: CRC-RJ, 2001. I CD-ROM.

OLIVEIRA, I.B. de. **Currículos praticados**: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Imagens da colonização, da resistência e da criação cultural na formação da cidadania no Brasil. In: **II Seminário Internacional: "As redes cotidianas de conhecimento e tecnologia: imagens e cidadania"**, 2003, Rio de Janeiro (Brasil). 1 CD.

SANTOS, B. de S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DE COIMBRA. **Oficina do CES**. Coimbra: CES, n. 135, jan. 1999.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4 cd. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docente e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TAVARES, M.T.G. Uma escola: texto e contexto. In: **Método: pesquisa com o cotidiano**. Regina Leite Garcia (org.). Rio de Janeiro: DP&A., 2003.

WEBER, S. O Público, o privado e a qualidade na educação pública.27-43. In: CEDES. **Cadernos Cedes** – o público e o Privado na educação brasileira contemporânea. Campinas:CEDES/Papirus, 1992

<sup>1</sup> A palavra direito aqui não se traduz pelo seu uso na teoria contábil (promessa de bem que se realizará no futuro), e sim pelo seu uso na teoria jurídica (é a permissão, dada por meio da norma jurídica válida, para fazer ou não fazer alguma coisa, para ter ou não ter algo, ou ainda, a autorização para exigir, por meio dos órgãos competentes do poder público ou através dos processos legais, em caso de prejuízo causado por violação de norma, o cumprimento da norma infringida ou a reparação do mal sofrido)

<sup>2</sup> FERRAÇO. Carlos Eduardo, em sua fala durante o debate ocorrido em sua comunicação encomendada no II Congresso Internacional de Imagem na Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2003

<sup>3</sup>solidariedade - Dicionários Universal da Língua portuguesa : s. f., qualidade do que é solidário;responsabilidade mútua;reciprocidade de interesses e obrigações - Houaiss: substantivo feminino caráter, condição ou estado de solidário (...) - <sup>2</sup> laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas ou pessoas, dependentes umas das outras Ex.: <a s. entre o vento e o moinho> <a s. entre a corda e os montanhistas> -<sup>3</sup> sentimento de simpatia, ternura ou piedade pelos pobres, pelos desprotegidos, pelos que sofrem, pelos injustiçados etc. - <sup>4</sup> manifestação desse sentimento, com o intuito de confortar, consolar, oferecer ajuda etc. Ex.: levou sua s. aos sobreviventes da tragédia - <sup>5</sup> cooperação ou assistência moral que se manifesta ou testemunha a alguém, em quaisquer circunstâncias (boas ou más) Ex.: diante dos fatos, não hesitou em dar sua s. ao adversário]